



3.2

ÉVORA SHRINKING CITY

«As estradas e os automóveis mudaram, definitivamente, as paisagens e as vivências urbanas. A cidade como artefacto denso, limitado (ou limitável) e contínuo, deu lugar à urbanização de territórios extensos, desigualmente construídos, e dificilmente referenciáveis. A antiga cidade já não coincide com o território da mancha urbana a que corresponde o mesmo nome. O burgo das vielas e praças medievais, com ou sem muralhas, dos rossios, da Praça da República ou da Avenida Central (a que foi da estação do caminho de ferro, ou outra, ou a cidade que veio depois com as obras e os planos do Estado Novo, permanece hoje como um pequeno território no meio da mancha extensa e fragmentada que cresceu depois. Évora é uma das excepções, que por ser excepção, confirma a regra.»¹

61

Évora, como foi anteriormente referido, tem sido de facto, uma exemplar excepção no panorama nacional de desenvolvimento urbano, sendo que, a muito custo, se tem mantido relativamente concentrada na configuração do território. Este facto não significa que a cidade no seu desenvolvimento tenha escapado a desajustes e incongruências na sua construção e uso. Apesar do crescimento populacional da cidade no seu todo, existem assimetrias em relação ao progressivo despovoamento das zonas rurais envolventes, e sobretudo no seu principal núcleo urbano - o centro histórico.

Detentora de um inigualável centro histórico, a cidade tem conseguido grande visibilidade muito à custa da singularidade patrimonial representada por este conjunto, declarado Património Mundial da Humanidade desde 1986 pela UNESCO. No entanto, desde a década de 40 do séc. XX, a cidade histórica tem vindo sucessivamente a sofrer uma desestruturação que tende a continuar com o declínio populacional verificado.

¹ DOMINGUES 2006: 335

«A evolução demográfica do centro histórico não segue a tendência da cidade, verificando-se, pelo contrário, uma redução muito acentuada da população residente: entre 1940 e 2001 o centro histórico perdeu 70% da sua população e só na última década essa perda foi de cerca de 28%.»²

Em 2001 a população residente no centro histórico representava menos de 12% contra os 84% registados em 1940 a residir na área urbana de Évora, ainda que se verifique maior densidade populacional no centro histórico (50 hab./ha) por oposição às áreas urbanas periféricas mais dispersas (27 hab./ha). O decréscimo populacional verificado no centro histórico é inverso em relação à tendência de crescimento periférico da área urbana da cidade de Évora.

Conforme afirma a Dra. Maria Manuela Oliveira, desenvolveram-se simultaneamente orientações que aumentaram as diferenças entre a cidade intra-muros e a cidade extra-muros. As muralhas que contêm o centro histórico, e a definição da circular que limita o seu perímetro, constituem por si só, uma quebra de relações e ligação entre duas condições que permanecem distintas.

«Esta característica da cidade está expressa na forma como os seus habitantes se referem aos dois sectores urbanos – a “cidade” e os “bairros”, respectivamente o sector intra e extra-muros.»³

Factores como o declínio da multifuncionalidade, o aumento da actividade terciária, a valorização patrimonial, o envelhecimento do parque residencial e a sua degradação, o desenvolvimento do Turismo e crescimento da importância da Universidade, bem como a emergência de actividades comércio e animação a estes associados, são apenas alguns factores apontados para esta disparidade de contextos.

² in estudo sobre o despovoamento dos Centros Históricos da Rede Atlante, C.M. Évora, Nov. 2005 p.28

³ OLIVEIRA (coord.) 2003:26



32 Évora, rotura entre a “cidade de dentro” e a “cidade de fora”.

«Construiu-se muito novo território, em parte à custa, também, da degradação do núcleo inicial»⁴

e do seu esvaziamento, sendo que, a junção entre as duas realidades é, ainda, bastante frágil. O esforço de progresso e desenvolvimento tem sido quase exclusivamente focado no desenvolvimento e consolidação da cintura urbana dos novos bairros periféricos, criando novas infra-estruturas mais atractivas e alternativas ao centro histórico.

«(...) o tecido intra-muros chega aos anos setenta/oitenta com uma baixa percentagem de edifícios em bom estado. Os outros (...), com tipologias desadequadas às necessidades das famílias, sem condições de higiene e salubridade, iniciam ou aceleram processos de degradação (...)»,⁵

que contribuem, associados a novos problemas de natureza social e urbana, para o abandono da Cidade Histórica.

O 25 de Abril, constituiu uma mudança radical nos paradigmas sociais, em parte causado pelo crescimento democrático que o país vivia, e pelo aumento do acesso a bens de consumo, que inevitavelmente se foram incompatibilizando com as condições que o centro histórico oferecia. O automóvel, generalizado o seu uso a partir do início da década de 80, constituiu aqui um factor de “encolhimento” no núcleo da cidade pela dificuldade de deslocação que as suas ruas permitem e o diminuto espaço de estacionamento disponível. A par disto, o desenvolvimento de novos bairros periféricos, potenciou a oferta de habitações qualificadas que o desactualizado centro histórico fracamente tem modernizado, e, conseqüentemente, a prática de procura de novas condições

⁴ OLIVEIRA 2007:191

⁵ idem

⁶⁶ de habitabilidade, conciliáveis com a problemática do automóvel e com modernos padrões de conforto.

O valor patrimonial do conjunto do centro histórico é igualmente um factor inibidor de intervenção e recuperação, uma vez que está sujeito a processos burocráticos de compatibilização com os procedimentos legislativos e normativos que prevêem estas práticas. Tal facto constitui um factor desmobilizador de acções de requalificação de imóveis, sobretudo por privados, e em edifícios com piores condições de habitabilidade. Na periferia o processo descomplexifica-se, abrindo-se a maiores possibilidades e soluções flexíveis.

Maria Manuela Oliveira refere que em geral, as políticas de actuação na requalificação do centro histórico com vista a atracção ou manutenção de residentes, têm tido efeitos pouco visíveis, restringindo-se em grande parte exclusivamente à conservação do património e à qualificação das principais artérias comerciais e do espaço urbano, sendo que a reabilitação de imóveis ao abrigo de alguns programas e acções independentes têm somente constituído melhorias pontuais do parque habitacional. Apenas as novas urbanizações que surgiram intra-muros (Centro Comercial Eborim e a área residencial anexa, a urbanização de São Domingos, de Santa Catarina e o de Santa Mónica em construção ainda), contrariaram a tendência de despovoamento, ainda que com um peso pouco significativo em relação ao abandono registado.

Na segunda metade do séc. XX, a Cidade Histórica ficou ainda marcada, segundo um estudo sobre o despovoamento do centro histórico, pelo decréscimo da multifuncionalidade, originada pela saída de pequenas indústrias e oficinas e pela perda de importância no domínio de infra-estruturas públicas, especializando-se no domínio comercial e na oferta de serviços, potenciados pela instalação da Universidade e promoção turística.

A população que persiste em residir no centro histórico caracteriza-se maioritariamente por uma camada social envelhecida, de fracos rendimentos e de baixo nível de instrução, genericamente fixos a um arrendamento imobiliário baixo. A instalação da Universidade permitiu contrariar estes indicadores, com a instalação de população estudantil, mas foi insuficiente para impedir o decréscimo das taxas de natalidade e o crescimento natural, e sobretudo, contribuiu para a continuada degradação de imóveis, pelo fraco poder de investimento destes grupos sociais.

Sobre estes factos, destacam-se processos sociais contraditórios baseados na saída de jovens activos paralelamente ao envelhecimento da população fixa e igualmente pelo continuado processo de gentrificação associado à atractividade que a cidade histórica exerce noutras camadas sociais, mais cultas e essencialmente com outros padrões de mobilidade e referências.

O centro histórico tem-se, ainda assim, mantido como referência central e funcional, abrangendo uma vasta influência geográfica, e concentrando em si grande atractividade no que diz respeito ao comércio, serviços e turismo, embora sucessivamente abandonado na função residencial que o caracterizava. O fraco investimento em projectos inovadores de modernização, requalificação do espaço urbano e na imagem do conjunto, revela-se num comércio em grande maioria antiquado, no desaparecimento/deslocalização de comércio de abastecimento diário, desaparecimento de armazéns e estabelecimentos comerciais vocacionados para o ramo agrícola, escritórios, consultórios; e no envelhecimento progressivo do parque habitacional, contribuindo para a sua imagem estagnada, vazia de novidade, e por ventura, potenciadora do continuado abandono.

É neste cenário apresentado, que se contextualiza o fenómeno de esvaziamento da cidade, do seu encolhimento.

4

ÉVORA *SHRINKING CITY* CENÁRIOS DE ENCOLHIMENTO

4.1

ÉVORA. *DONUT CITY*

O processo de desenvolvimento urbano é complexo, «os agentes e interesses que nele e sobre ele actuam são múltiplos: desde a família ou o cidadão aos grandes proprietários fundiários, do pequeno e médio construtor às grandes empresas imobiliárias, dos agentes económicos públicos, privados e cooperativos às colectividades, associações e outros agentes de interesse social, cultural ou desportivo»¹. Geram-se pressões no crescimento da cidade ou, simultaneamente, estas pressões podem significar o seu extravio.

Como pode o crescimento urbano de uma cidade, significar simultaneamente a retracção urbana da mesma cidade? Conforme refere Philipp Oswalt, muitas das cidades que nós chamaríamos de *Shrinking Cities*, estão localizadas em regiões em franco crescimento. No capítulo 1 denominado *Shrinking Cities*, foram já referidos os processos de periferização e suburbanização, como geradores das dinâmicas “*Donut Cities*”². Évora pode sem dúvida inserir-se nesta categoria de *Shrinking Cities*, considerando a retracção sentida na cidade ainda contida na Cerca Nova. O crescimento do anel urbano periférico, está directamente relacionado com a retracção urbana verificada no centro histórico, ao longo de mais de 6 décadas. A deslocação de habitantes comércio e serviços tem gradualmente contribuído para a degradação urbana do centro histórico e para a sua imagem de abandono.

Na verdade, a cidade de Évora, aquela a que chamamos centro histórico, permaneceu até meados da década de 40 do séc. XX, timidamente concentrada no contentor formado pela Cerca Nova, apesar da chegada do caminho-de-ferro no final do séc. XIX, que se desenvolveu a sul da cidade. Foi a Sul da cidade, que igualmente surgiram os primeiros esboços de Avenidas³, do que se esperava que fosse um impulso à expansão da cidade extra-muros. Tais avenidas contudo, «não

1 BOUÇA s/d: 188

2 Termo aplicado por vários urbanistas ao envolvimento de um anel urbano externo nas cidades, consequência da periferização

3 Av. Dr. Barahona e Av. dos Combatentes da Grande Guerra.



33 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Cidade de Évora

1ª, 2ª, 3ª e 4ª zonas, elaborado por uma equipa técnica formada pelo Dr. Gramicho, Dr. Marçal e o Eng.º Alfeu da repartição técnica da Câmara Municipal, o Arqt. Humberto Reis a DGEMN e o Dr. José Maria Cardoso, Delegado de Saúde, sendo apresentado em Março de 1937

Tratamento gráfico de união das diferentes plantas pelo autor.

Fonte: Arq. José Pinto Barbosa, in Riscos de Um Século, CME, Évora 2001

se impuseram como os grandes eixos de desenvolvimento urbano, como aconteceu em casos semelhantes noutras cidades do país.»⁴ Em 1911 estavam definidos ainda como limites da cidade, a estrada de circunvalação em torno das muralhas sendo que, para lá desse limite, tudo se considerava terreno agrícola, conforme refere José Barbosa. A indefinição de políticas urbanas de expansão,

«aliadas a uma grande carência de habitação e à oferta do solo a custos muito inferiores ao solo urbano, propiciaram a proliferação de bairros espontâneos na envolvente e subúrbios da cidade»⁵,

respondendo ao êxodo rural que se verificou durante estas primeiras décadas do séc. XX. Esta é apontada como a principal causa para a manutenção da cidade entre muralhas até aos anos 40, altura em que

«se inicia uma efectiva expansão extramuros, com a transferência progressiva da população para os novos bairros e o despovoamento e envelhecimento graduais (...)»⁶

da cidade, hoje, histórica.

Planeamento periférico

O desejo e necessidade de expansão e planeamento da cidade, levaram, inclusive por imposições governativas nacionais, à elaboração do Regulamento Geral de Construção Urbana em 1937, e à elaboração de um primeiro Ante-plano do Plano de Urbanização da Cidade (1937 -39), projectado em torno do perímetro amuralhado, que viria a ser reprovado mais tarde pelo Ministério das Obras Publicas por falta

4 BARBOSA 2001:51

5 BARBOSA 2001:58

6 OLIVEIRA 2003:12



34 Plano de Urbanização da Cidade de Évora
Elaborado por Etienne De Gröer, 1942
Tratamento gráfico pelo autor.

de fundamentação técnica, conforme refere José Barbosa. Este ante-plano tornou-se a primeira previsão de uma expansão periférica da cidade na proximidade da estrada da circunvalação, incluindo algumas zonas de bairros emergentes nas imediações das muralhas, mas negligenciando outras mais afastadas. A caracterização deste ante-plano, ainda que perspectivando um desenvolvimento global da cidade, limitou-se a esquematizar o sistema viário em forma de quadrícula, e referenciando detalhes mais específicos no Regulamento Geral de Construção Urbana de 1937

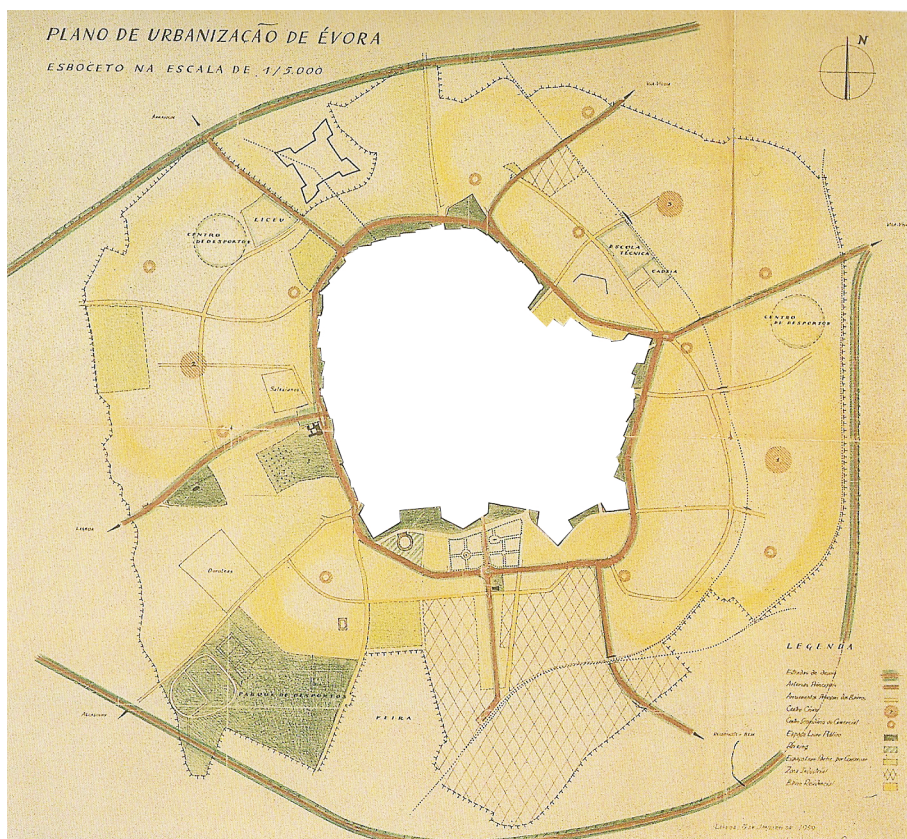
Em 1942, é o arquitecto/urbanista Etienne De Gröer encarregado da elaboração do plano urbano de expansão da cidade. Este planeamento

«fundamentado em projecções demográficas e em análises económicas, em zonamentos e estruturas viárias e em pareceres sobre a cidade e novas formas urbanísticas (...), [veio propor um] modelo urbanístico (...) inspirado no movimento inglês da *cidade-jardim*, [provocando] uma ruptura com o estilo arquitectónico»⁷

da cidade intra-muros. O plano pretendia ir mais além do crescimento radial, exclusivamente orientado pelas estradas de aproximação à cidade e pelos limites cadastrais dos terrenos adjacentes, procurando antes um crescimento periférico uniforme. A construção da Zona n.º1 do plano não teve contudo, repercussões no abrandamento do crescimento dos clandestinos bairros periféricos de características rurais. Jorge Carvalho⁸ refere que só entre a década de 40 e 50 foram construídos cerca de 1400 fogos. Estes bairros multiplicavam-se à vontade dos proprietários de terrenos agrícolas que os loteavam e vendiam, e dos próprios compradores que neles erguiam, ao seu desejo e possibilidades, as quatro paredes que ambicionavam, conforme narra Antunes da Silva citado no livro *Riscos de Um*

⁷ AAVV 2001: 102

⁸ CARVALHO 1990



35 Plano de Urbanização da Cidade de Évora
 Elaborado por Nikita De Gröer, 1961
 Tratamento gráfico pelo autor.

Século⁹. Mais refere, que toda a intenção de legalmente construir na periferia da cidade, era negado pela expectativa de um plano de urbanização em curso. A Zona de Urbanização n.º1, constituiu o primeiro, e único exemplo de extensão da cidade devidamente planeada, englobando os primeiros edifícios de habitação colectiva na Av. S. João de Deus e moradias de diferentes tipologias nas áreas adjacentes, que em conjunto com outros bairros desenvolvidos nos anos 60, permitiram «que as famílias do centro o abandonassem ou se constituíssem fora das muralhas»¹⁰. A Zona de Urbanização n.º1 foi seguramente o bocado de cidade que melhor coesão conseguiu com a cidade intra-muros. Todo o resto se encontra descosido da cidade nuclear, prevalecendo o domínio do automóvel, e da cidade em função deste.

Nikita de Gröer em 1961, inicia a revisão do plano anterior tornado obsoleto e inoperante em relação ao contexto de Évora no final da década de 50. Mantendo os limites de expansão urbana do plano anterior, desenvolve uma estratégia menos rígida, e mais genérica do ponto de vista urbanístico. Baseia-se ainda, na previsão do generalizado uso do automóvel que aconteceria anos mais tarde em Portugal e na necessidade do reforço de vias operantes, através do desenvolvimento e alargamento da estrada da circunvalação e de novas variantes (uma estratégia que viria a ser resgatada no séc. XX).

Este Plano não veio contudo a ser aprovado pelo poder central. Apesar disso os Serviços Municipais, utilizaram-no como uma referência ao crescimento da cidade periférica ao longo de uma década, sobretudo na localização e implantação de equipamentos desportivos, educativos e industriais.

9 AAVV 2001

10 OLIVEIRA 2007: 193.

Na Zona de Urbanização n.º1 estavam 80 fogos construídos em 1950 e 1500 fogos foram edificados ao longo da década de 50, permitindo a disseminação dos mais de 2500 habitantes que abandonaram a Cidade Histórica neste período.

⁷⁶ Entre 1969 e 1975, por decisão da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, o Atelier Conceição Silva foi incumbido de elaborar uma revisão ao plano de urbanização de Évora. Este Plano aumentou a sua área de actuação, numa perspectiva global do crescimento periférico da cidade, como até então não se tinha visto em Évora. Por um lado desenhou novos troços de cidade introduzindo «novas áreas com densidades de ocupação variáveis, propondo uma flagrante ruptura com a ideologia redutora da *cidade-jardim*, adoptada»¹¹ no plano de E. Gröer, e, por outro lado, enquadrrou pela primeira vez os 29 bairros clandestinos¹² periféricos de natureza rural, que nesta altura haviam já tomado proeminentes dimensões, mas que continuavam privados de condições de habitabilidade, redes de saneamento básicas, e de uma inclusão mais efectiva na cidade. Este plano procurou ainda salvaguardar a área envolvente ao Forte de St. António e ao convento da Cartuxa, ainda hoje protegida como “área monumental”, por oposição uma mancha de urbanização a sul apostando na implantação e crescimento industrial, factores estes, potenciadores de criação de emprego e fixação de populações. Jorge Carvalho refere que, neste período, o crescimento de bairros de génese ilegal, deve-se sobretudo ao investimento de moradores deslocados da Cidade Histórica e emigrantes, em busca de melhores condições de habitação, e, inclusive de habitação própria. Esta diferente procura, revelou-se em aquisições de lotes de maiores dimensões e na construção de tipologias tipo “vivenda”, menos ligadas arquitectónicamente ao território, desenvolvendo áreas urbanizadas mais rarefeitas.

No início dos anos 70, é desenvolvido o parque industrial com uma área de 50 ha. a Sul da cidade, procurando motivar a fixação e desenvolvimento empresarial na cidade, e «o sector público lança um programa de alojamento na Horta das Figueiras e avança com o projecto para outro na Cruz da Picada.»¹³

¹¹ AAVV 2001: 147

¹² Note-se que na década de 70 havia já bairros de consideráveis dimensões, que tendencialmente, continuavam em processo de crescimento desde a década de 40. Entre outros destacam-se o Bairro de Almeirim e N.º Sr.ª do Carmo a sul, Bairro dos Canaviais a norte, e a leste os bairros Frei-Aleixo, Sta Luzia, Sto António Degebe, Cotovelos, Caeira, etc.

¹³ CARVALHO 1990's:19

O 25 de Abril, tal como já foi referido anteriormente, deu ao poder local maior capacidade e meios para planear o desenvolvimento das cidades. A cidade de Évora dotou-se rapidamente de estruturas de saneamento básico, distribuição de água e electricidade que facilitou a manifesta expansão e densificação da periferia urbana da cidade. O número de fogos aumentou cerca de 50% em 20 anos (1970-1991), verificando-se um acentuado crescimento da cidade «sobretudo a oeste (zona da Malagueira /Fontanas), mas também a norte (Bacelo/ Frei Aleixo) e a sul (Horta das Figueiras); os antigos bairros clandestinos foram recuperados, construíram-se eixos viários que vieram criar novos acessos e abrir novas fontes de crescimento da cidade»¹⁴. A elaboração do primeiro PDM e do PGU concentraram-se na preservação da cidade histórica e definiram grandes zonas de intervenção extra-muros definidas sobretudo para habitação, expansão das redes viárias e de desenvolvimento da zona industrial. A par disso logo após o 25 de Abril, foi formado o GRAC (Gabinete de Recuperação de Áreas Clandestinas), que permitiu fazer o levantamento das necessidades destes núcleos ilegais, e definir estratégias de enquadramento e crescimento na cidade através de vários Planos Pormenor elaborados para estes bairros.

Ainda com o intuito de interromper o processo de crescimento desorganizado e as acções especulativas que se tornaram habituais, a Câmara Municipal de Évora tomou nesta altura políticas de urbanização directas com os proprietários dos terrenos, «urbanizou e vendeu, a baixos custos, lotes para construção de habitação própria»¹⁵, resultando na disponibilização de 3000 lotes entre 1978 e 1984. Conforme referido no livro “Riscos de um Século”, o cooperativismo toma neste período particular importância no desenvolvimento de novas áreas residências na periferia da cidade, tais como o Bairro da Malagueira¹⁶, Alto dos Cucos, António

14 AAVV 2001: 152

15 Idem p.158

16 Plano de pormenor da autoria do Arq. Álvaro Siza (1979), desenvolvido no âmbito do programa do governo S.A.A.L.

- ⁷⁸ Sérgio, Horta das Figueiras e Casinha, que representam mais de 1500 fogos edificados. Assim entre 1978 e 1994, conforme refere António Bouça, constituíram-se 6000 lotes destinados a habitação em terrenos periféricos à cidade.

A partir da última década do séc. XX, deu-se maior espaço ao investimento privado, permitindo que esse fosse o principal motor de crescimento da dispersa periferia, que progressivamente ocupou terrenos intermédios aos diferentes bairros, onde se organizavam hortas e quintas. Vila Lusitano, Urbanização da Muralha, a Horta dos Álamos, urbanizações da Soeira, da Quinta do Estoril e da Quinta do Rosário, são alguns exemplos.

Como Pólo regional que se assumiu, especialmente no domínio da actividade terciária, Évora procura neste período, consolidar a sua condição através de infra-estruturação¹⁷ (em parte suportada por fundos comunitários) no domínio da saúde, educação, serviços e comércio, para, por um lado, responder à necessidade das populações, por outro, se afirmar enquanto cidade de âmbito regional. Favoreceu-se de igual modo a consolidação de uma periferia que não parou de crescer, e colateralmente constituiu um incentivo à deslocalização de actividades e serviços provenientes da Cidade Histórica.

O arco periférico ganhou robustez, o centro esvaziou-se e fragilizou-se.

Perspectivas de desenvolvimento e expansão da cidade

Verifica-se durante esta primeira década do séc. XXI que, tendencialmente, a “sedimentação” periférica se tem vindo a agrupar com maior incidência nas imediações externas da muralha que confina a Cidade Histórica. O processo de densificação (agora menos intenso) e a definição do “Donut”, numa periferia mais imediata,

¹⁷ «Mercado abastecedor, novo Terminal Rodoviário, Hospital do Patrocínio, novos estabelecimentos de ensino e implantação de grandes unidades comerciais (...) a par do relançamento do Parque Industrial e Tecnológico de Évora» in Riscos de Um Século C. M. Évora, 2001, p.171

36 e seguintes

Representação da Evolução do Crescimento Periférico / Encolhimento da Cidade

Tratamento gráfico a partir de foto aérea da década de 90, com base nos mapas esquemáticos da evolução urbana da cidade de Évora. A simulação da condição territorial existente antes da urbanização da periferia urbana, é meramente representativa. Não foram portanto considerados os limites cadastrais originais, por falta de dados.

Fonte da foto aérea : IGEO

Fonte dos dados demográficos: INE

1940



